SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ALTAMIRA
FACULDADE DE ENGENHARIA FLORESTAL

GOVERNANÇA DE BENS COMUNS NO ASSENTAMENTO ESTADUAL AGROEXTRATIVISTA MAJARI (PA)

Marllisson Eriques Araújo Borges

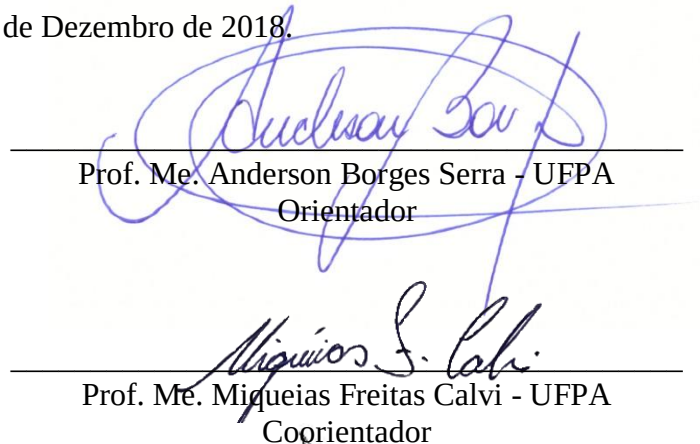
Altamira - Pará
2018

Marllisson Eriques Araújo Borges

GOVERNANÇA DE BENS COMUNS NO ASSENTAMENTO ESTADUAL AGROEXTRATIVISTA MAJARI (PA)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Engenharia Florestal da Universidade Federal do Pará, Campus Universitário de Altamira, como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Engenharia Florestal.

Aprovado em 14 de Dezembro de 2018.



Prof. Me. Anderson Borges Serra - UFPA
Orientador

Prof. Me. Miqueias Freitas Calvi - UFPA
Coorientador

Prof. Dr. José Antônio Hererra - UFPA
1º Examinador

Prof. Dr. Mario José Henchen - UFPA
2º Examinador

Dedico este trabalho aos meus pais, a todos os ribeirinhos, Indígenas, agricultores familiares e pescadores do território do Xingu e Transamazônica. Também à minha Companheira e a todos que lutam por uma sociedade mais livre, igual e fraterna.

AGRADECIMENTOS

Redigir os agradecimentos para um trabalho desta magnitude é uma missão difícil. Muitas mãos o construíram! Cada uma delas foi importante nessa construção, porque esse trabalho não é só o resultado de uma pesquisa, mas sim o resultado de uma trajetória de cinco anos dedicada ao aprendizado das possibilidades de crescimento sustentável para as comunidades rurais da Amazônia.

Primeiramente agradeço a Deus, minha família e a Universidade Federal do Pará, que possibilitaram a minha permanência nesta graduação.

Agradeço aos companheiros e companheiras da minha turma, pelo companheirismo da última meia década e pela amizade que levaremos pelo resto da vida, em especial a Flávia Ranara, com a qual dividi muitas aventuras e experiências importantes para a vida.

Agradeço aos meus orientadores Professores Miquéias e Anderson que me orientaram não só nesse trabalho, mas também na vida acadêmica e profissional e pelas oportunidades as quais os mesmos me deram ao longo dos últimos anos.

Agradeço aos amigos que me ajudaram nessa pesquisa como equipe de apoio de campo: Leandro, Antoniel, Eldarlene, Eduarda, Alex e principalmente a Claudio Barbosa, pois sem eles a pesquisa não seria possível.

Agradeço a cada uma das famílias do rio Majari, que nos recebeu e concedeu entrevistas, em especial àquelas da comunidade Espirito Santo, que nos acolheu durante um mês como ponto logístico. Aos comunitários “Sabá”, “Dinoca” e Marli, que nos acompanharam durante o trabalho de campo na visita às famílias. Às equipes das Secretarias Municipais de Meio Ambiente, Agricultura e Educação de Porto de Moz, da Gestão de 2016, que nos concederam entrevistas e dados valiosos.

Agradeço ao Núcleo de Extensão Territorial, à Fundação Viver produzir e Preservar, Casa familiar Rural de Altamira, Pastoral da Juventude, Prelazia do Xingu, Movimento Xingu Vivo para Sempre, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, Instituto Socioambiental e Rede de Cantinas da Terra do Meio, instituições e organizações que contribuíram com minha formação acadêmica e profissional e me auxiliaram a chegar com maturidade nesse momento tão importante.

Agradeço à Fernanda Paula, que teve importante participação na construção desse trabalho, dando apoio nos momentos de maior dificuldade na trajetória dessa

pesquisa até sua conclusão. Também a Vivyane Thaíse e Roberto Rezende que tiveram papel fundamental na finalização do *paper*

Por último, e não menos importante, agradeço aos amigos Diogo, Rylla, Dhessica, Ruan, Mica, Michele, Bruna, Scheila, Cristiano, Luana, Maria, Claudivânia, Claudia, Raryana, Brunna Baroni, Ariele e tantos outros que me deram forças nos últimos anos para conseguir chegar ao fim da graduação e concluir com êxito essa tarefa.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 10
2 BOA GOVERNANÇA DE BENS COMUNS: INDICADORES E PRINCÍPIOS 12
3 METODOLOGIA 13
3.1 Abordagem Metodológica 13
3.2 Área de estudo 14
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO 16
4.1 Limites claramente definidos 16
4.2 Coerência entre as regras de apropriação e de provisão com as condições locais 17
4.3 Arranjos coletivos para as escolhas e decisões 18
4.4 Monitoramento 19
4.5 Sanções graduais à transgressão 20
4.6 Mecanismos de resolução de conflitos 21
4.7 Reconhecimentos mínimos de direitos de organização 22
4.8 Aninhamento de instituições em rede estruturada para articulação intersetorial na gestão 23
4.9 Síntese do atendimento aos princípios da boa governança 24
5 CONCLUSÕES 25
6 AGRADECIMENTOS 26
7 REFERÊNCIAS 26
ANEXO I – DIRETRIZES PARA AUTORES REVISTA INTERAÇÕES 29
ANEXO – II QUESTIONÁRIO APLICADO COM AS FAMÍLIAS EM CAMPO 33
ANEXO III – ROTEIRO PARA ENTREVISTAS COM GRUPOS FOCAIS 39

Este trabalho trata sobre a análise da governança de recursos florestais comunitários em assentamento agroextrativista, com referência aos "princípios da boa governança" de bens comuns, formulados por Elinor Ostrom, e será submetido à Revista Interações - Revista Internacional de Desenvolvimento Local, do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Local da Universidade Católica Dom Bosco.

LISTA DE FIGURAS E TABELAS

Figura 1a – Entrevista aplicação com questionário..... 13

Figura 1b – Grupos focais..... 13

Figura 2 – Localização do PAEX Majari..... 15

Tabela 1 – Classificação qualitativa dos princípios de boa governança de bens comuns, de Ostrom (1990), comparados com as realidades encontradas no PEAEX Majari..... 14

Tabela 2 – Situação de atendimento aos princípios da boa governança no PAEX Majari..... 24

GOVERNANÇA DE BENS COMUNS NO ASSENTAMENTO ESTADUAL AGROEXTRATIVISTA MAJARI (PA)

Governance of common goods in state settlement agroextractivist Majari (PA)

Gobernaza de bienes comunes en el asentamiento Estadual Agroextrativista Majari (PA)

Marllisson Eriques Araújo Borges[1]
Miquéias Freitas Calvi[1]
Anderson Borges Serra[1]

Resumo: Utilizando abordagem qualitativa, este estudo analisa a governança de recursos florestais comunitários em assentamento agroextrativista, com referência aos "princípios da boa governança" de bens comuns, formulados por Elinor Ostrom. Constatou-se que há o reconhecimento Estatal do direito de organização dos comunitários, monitoramento e as regras se atentam as condições locais. Os comunitários desenvolveram mecanismos de gestão dos recursos e proteção do território. Porém, a ausência do Estado na gestão fragiliza a sustentabilidade dos recursos e de um assentamento agroextrativista coletivo. Conclui-se que para construção desses espaços se faz necessário um enfoque multidisciplinar, caso contrário, o cenário futuro de Projetos agroextrativistas é a superexploração dos recursos florestais e o esgotamento destes pela ação dos aproveitadores que não participam da ação coletiva, mas usufruem do recurso.

Palavras-chave: Recursos Comuns; Amazônia; Governança.

Abstract: Using a qualitative approach, this study analyzes the governance of community forest resources in an agroextractive settlement with reference to Elinor Ostrom's "principles for the collective governance of common goods". Our study found that the State recognizes the right for community organization, the forms of organization of extractive families, the community's rules of use, and their monitoring of natural resources. The communities have developed mechanisms to manage resources and protect the territory. However, the absence of state management weakens the sustainability of resources and of a collective agroextractive settlement. We conclude that a multidisciplinary approach is necessary for the construction of these spaces. Otherwise, the future scenario of agroextractive projects may veer towards the overexploitation of forest resources and, in the long term, to their exhaustion due to the action of profiteers who do not participate in the collective action but enjoy the resource.

Keywords: Common Resources; Amazon; Governance.

[1] Faculdade de Engenharia Florestal, Universidade Federal do Pará.

Resumen: Utilizando un enfoque cualitativo, este estudio analiza la gobernanza de los recursos forestales comunitarios en un asentamiento agroextractivista y en referencia a los "principios de buena gobernanza de bienes comunes" formulados por Elinor Ostrom. Se constató que el estado reconoce el derecho y las formas de organización de los comunitarios, sus reglas de uso de los recursos naturales y el monitoreo sobre dichos recursos. Los comunitarios desarrollaron mecanismos de gestión de los recursos y protección del territorio. Sin embargo, la ausencia del Estado en la gestión, debilita la sostenibilidad de los recursos y de un asentamiento agroextractivista colectivo. Se concluye que para la construcción de estos espacios, es necesario un enfoque multidisciplinario. De lo contrario, el futuro escenario de Proyectos agroextractivistas será la sobreexplotación de los recursos forestales y el agotamiento de éstos por acción de los aprovechadores que no participan en la acción colectiva, sino que disfrutan del recurso.

Palabras clave: Recursos comunes; Amazonia; Gobernanza.

1 INTRODUÇÃO

As florestas são usadas para gerar benefícios ecológicos, serviços ecossistêmicos e produtos de base florestal (BACHA, 2004). Os serviços ecossistêmicos são benefícios que incluem desde o fornecimento e a regulação dos cursos de água, do clima, serviços culturais à formação dos solos e ciclagem de nutrientes. A sociedade em geral é totalmente dependente desses benefícios ecológicos (MILLENNIUM ECOSYSTEM ASSESSMENT, 2005). As comunidades que vivem no interior das florestas têm nesses recursos uma fonte que oferece o necessário para seu sustento. Por isso, tais recursos florestais podem fornecer mais benefícios que políticas sociais nacionais a essas populações (MORAN, 2010).

Na microeconomia clássica, os recursos disponíveis ao homem para produção de bens de consumo são limitados, mas a necessidade e o desejo por esses bens e serviços por parte do homem são ilimitados (MENDES, 2004). Os recursos florestais são renováveis, entretanto, podem ser esgotados com a exploração não controlada (DULLEY, 2004). Com isso, pergunta-se: como saciar as necessidades de consumo infinitas se a fonte da matéria prima é finita? Verifica-se, portanto, que há um desafio no uso e regulação dos recursos.

No debate literário clássico do uso e regulação dos recursos comuns, Hardin (1968), em *The tragedy of the commons*, afirma que os bens comuns devem ser mantidos sobre a tutela do Estado ou da iniciativa privada, caso contrário seria esgotado, pois cada indivíduo agiria de acordo com sua vontade, sem levar em conta a

disponibilidade dos recursos explorados. Ostrom (1990), em *Governing the commons,* apresenta alternativas para o uso dos recursos comuns, em que o sucesso da gestão destes passa por uma governança eficaz, administrada por pequenos grupos de utilizadores que interagem segundo um conjunto de regras, envolvendo instituições em distintas escalas na governança do processo.

Governança é uma maneira mais cooperativa de governar (MAYNTZ, 2001). Inclui diversos setores e grupos na elaboração e execução de ações direcionadas ao interesse coletivo (FONSECA; BURSZTYN, 2009). Em territórios coletivos, se expressa na capacidade dos atores sociais em coproduzirem ações coletivas multissetoriais e conceberem regras comuns para a gestão e uso sustentável, ordenando o território e a proteção dos recursos (TEISSERENC, 2014). Recursos comuns ou *Commons* referem-se a recursos compartilhados por um grupo, com acesso limitado ou ilimitado. Pode ser um único recurso ou um sistema de recursos. A propriedade comum é um regime jurídico que garante direito legal de propriedade coletiva (HESS; OSTROM, 2007).

A boa governança dos recursos traz vantagens como regular o estoque disponível, pois processos decisórios para o uso dos recursos são submetidos à ação coletiva (OSTROM, 1990), o que institucionaliza espaço onde se criam regras de manejo; determina quem pode tomar decisões de acordo com seu campo de conhecimento e sua atuação; quais procedimentos, ações e compensações que podem ser atribuídas aos indivíduos (OSTROM, 1990).

Analisa-se aqui, de forma qualitativa, processos de governança de recursos florestais comuns, adotados no projeto de Assentamento Estadual Agroextrativista Majari – PEAEX Majari, com base nos indicadores dos princípios da boa governança de bens comuns, buscando compreender como o arranjo da governança reflete no uso sustentável dos recursos florestais. Possibilitando sugerir mecanismos para melhorar o arranjo de tomada de decisões e gestão já estabelecidas.

Justifica-se a área escolhida para o presente estudo, por ser um assentamento agroextrativista, definido juridicamente como o local que se destina às populações que pratiquem a exploração sustentável dos recursos naturais e realizem atividades agrícolas de baixo impacto, incentivando o uso sustentável dos recursos comuns (PARÁ, 2010). Esse estudo tem em sua estrutura a reflexão dos princípios para uma boa governança, comparando-os com as realidades encontradas na pesquisa empírica.

2 BOA GOVERNANÇA DE BENS COMUNS: INDICADORES E PRINCÍPIOS

Boa governança é uma definição em desenvolvimento que pode ser utilizada em vários contextos. Muitas vezes é um conjunto de requisitos que estão em conformidade com a agenda de necessidades de determinada organização (PIRES et al., 2011). Ostrom (1990) formula um conjunto de oito princípios fundamentais à exploração dos bens de forma justa e sustentável, respeitando a propriedade comum. Esses *design principles* ou princípios de boa governança de bens comuns (OSTROM, 1990, p. 90-102) foram formulados a partir de estudos empíricos na gestão de recursos comuns em diferentes comunidades e lugares do globo, considerados casos de sucesso na autogestão de recursos. Os princípios são características dos processos de gerenciamento de recursos comuns normalmente associados à sustentabilidade do sistema em longo prazo. Entretanto, nem todos os princípios precisam ser plenamente realizados, mas as perspectivas de governança sustentável tendem a aumentar quanto mais desses princípios estiverem em vigor (MCGINNIS, 2010).

Os princípios para uma boa governança são (OSTROM, 1990, p. 90-102):

I. Limites claramente definidos;
II. Coerência entre as regras de apropriação e de provisão com as condições locais;
III. Arranjos coletivos para as escolhas e decisões;
IV. Monitoramento;
V. Sanções graduais à transgressão;
VI. Mecanismos de resolução de conflitos;
VII. Reconhecimento mínimo de direitos de organização;
VIII. Aninhamento de instituições em rede estruturada para articulação intersetorial na gestão.

Com base nessas formulações é possível avaliar se as regras e o arranjo de governança que regem o PEAEX Majari apresentam alguma aderência aos princípios e análise da boa governança de bens comuns.

3 METODOLOGIA

3.1 Abordagem Metodológica

Este estudo, de abordagem qualitativa, usou como instrumentos de coleta de dados para fundamentar a analise, uma combinação de métodos sendo eles: questionário qualitativo semiestruturados, entrevista com grupos focais e consulta documental.

A seleção da área estudada se deu por conta dos assentamentos Agroextrativistas (PAE) serem uma modalidade da reforma agrária nacional destinada à exploração de áreas extrativas, mediante concessão de uso, em regime comunal. Dar-se através de atividades sustentáveis, executadas pelas populações que ocupem ou venham ocupar as áreas, as quais propiciam base econômica autossustentável, não interferindo sobre os ecossistemas colocados em uso e assegurando a manutenção das condições naturais neles predominantes (INCRA, 1996).

A unidade referencial para as entrevistas foram os núcleos domésticos, com objetivo de compreender o modo de vida das famílias, organização do trabalho, manejo dos recursos florestais comuns e da propriedade privada. As entrevistas com questionários semiestruturadas (Figura 1a) foram aplicadas a todas as famílias presentes no assentamento, totalizando 68 entrevistas. Também foram realizados cinco grupos focais (média de seis participantes por grupo) (Figura 1b) com moradores de diversas faixas etárias, nas duas comunidades do assentamento e em três comunidades do entorno, para ter uma visão mais sistêmica da realidade local. Grupos focais como técnica de pesquisa qualitativa consiste em realizar a coleta informações por meio das interações entre as pessoas para obter os dados. Os critérios são previamente determinados pelo entrevistador, de acordo com os objetivos da investigação, para criar um ambiente favorável à discussão (MORGAN, 1997).

Figura 1 – Aplicação da pesquisa de campo: a) entrevista aplicação com questionário; b) grupos focais.
Fotos: Marllisson Borges

A pesquisa documental e de referencial teórico pertinente se fizeram necessárias para complementação e fundamentação das análises. Foram consultadas bases oficiais do ITERPA, INCRA, relatório de projetos executados na área de estudo e literatura acadêmica pertinente ao tema. Para análise qualitativa da governança sobre os recursos florestais comuns no projeto PEAEX Majari, foram utilizados como indicadores os princípios da boa governança de bens comuns, formulados por Ostrom (1990), na obra *Governning the Commons*, em face às realidades constatadas na pesquisa empírica e classificadas em três categorias por ordem de importância (Tabela 1).

Tabela 1. Classificação qualitativa dos princípios de boa governança de bens comuns, de Ostrom (1990), comparados com as realidades encontradas no PEAEX Majari.

Classificação	**Descrição**
Atendido	Realidade encontrada é semelhante ou aproximada com síntese do princípio descrito.
Parcialmente atendido	Realidade encontrada é em parte semelhante ou aproximada com síntese do princípio descrito.
Não-atendido	Realidade encontrada não é semelhante ou aproximada com síntese do princípio descrito.

Fonte: Elaborado pelos autores.

3.2 Área de estudo

O PEAEX Majari foi instituído em 2009, pelo Instituto de Terras do Pará (ITERPA). Está localizado geograficamente às margens do alto Rio Majari, município de Porto de Moz, na microrregião do Baixo Amazonas, entre a Floresta Nacional de Caxiuanã e a Reserva Extrativista Verde para Sempre. Possui área de 38,78 mil hectares (INCRA, 2009), sendo sua maioria coberta por floresta nativa Ombrófila densa, com áreas divididas em terra firme, áreas úmidas e campinaranas amazônicas.

O assentamento fica a 47 km da sede da cidade de Porto de Moz, no alto rio Majari, afluente do rio Xingu. Formado pelas comunidades Espírito Santo e São João, o tamanho médio das propriedades é de 129 hectares, demarcadas pelos próprios comunitários, que as denominam “limites de respeito”. Quanto ao uso do solo, têm-se pequenas roças de mandioca (parte importante da renda familiar) e lavouras anuais de feijão, milho, arroz, banana e cana, além de pequenos pastos, embora não haja criação de gado bovino ou bubalino (Figura 2).

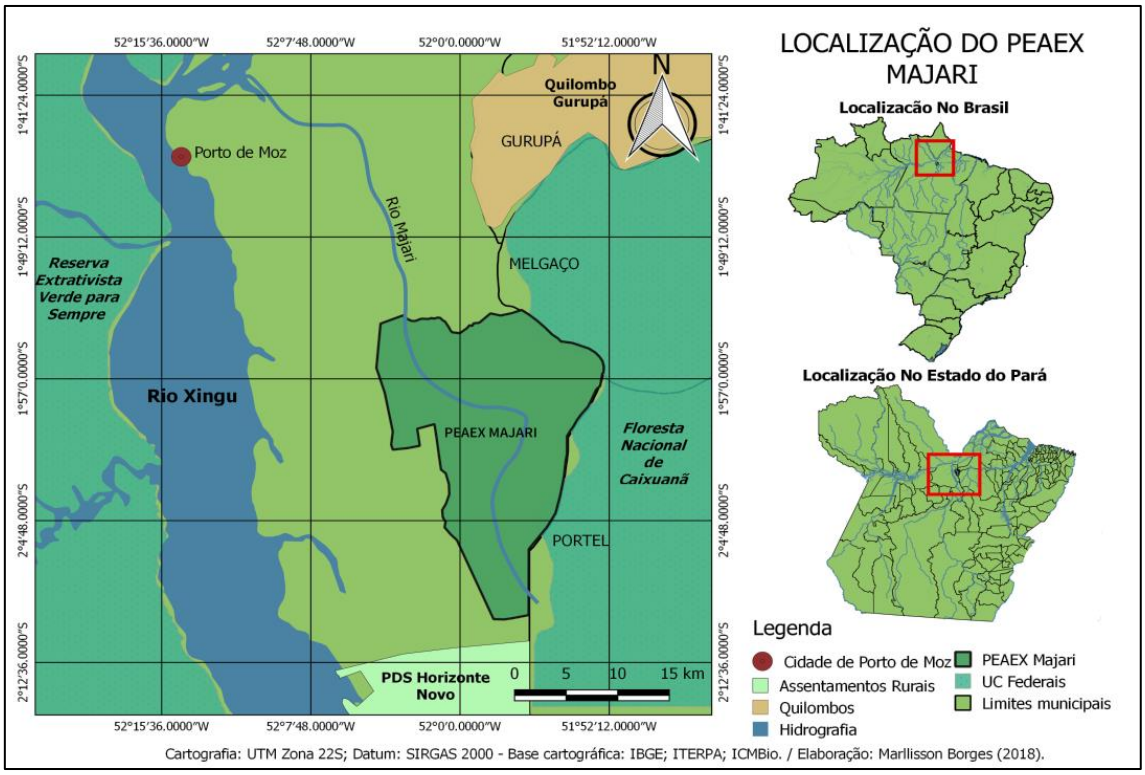


Figura 2: Localização do PAEX Majari.
Fonte: IBGE, ITERPA e ICMBio (2000).

A renda das famílias é proveniente da venda da madeira em pequenas quantidades, de produtos não madeireiros e da farinha de mandioca, complementada com recursos oriundos de programas de transferência de renda do Governo Federal. Os moradores se organizam socialmente na Associação Comunitária de Desenvolvimento Sustentável Agroextrativista do Rio Majari, fundada em 2001, embora a maioria não participe da vida política da associação. Poucas famílias (16%) haviam recebido serviços de extensão rural e apenas quatro (6%) acessaram financiamento rural; as demais nunca acessaram financiamento, em razão principal da não existência, até agosto de 2018, do Cadastro Ambiental Rural (CAR) Coletivo, uma atribuição do Instituto de Terras do Pará - ITERPA. Metade das famílias possui energia elétrica através de motor gerador particular ou coletivo. Falta de transporte coletivo, estrutura precária dos sistemas de saúde e de educação e a ausência do serviço de assistência técnica são apontados como os principais problemas nas comunidades, segundo as famílias entrevistadas.

A região, desde sua colonização, passou pelos ciclos da maçaranduba, do látex e da "caça do gato". Na década de 1970, o mercado da madeira estava em crescimento em toda Amazônia, os moradores conviviam com madeireiros que trafegavam no rio Majari transportando madeira retirada pelas comunidades, por madeireiras do município

e/ou de outras regiões do estado. Na década de 1990 o pescado ficou escasso e houve a redução do estoque de peixes em razão da intensificação desse tipo exploração, uma vez que parte do leito do rio foi danificado pela passagem continua de balsas madeireiras na área estreita e pouco profunda do rio. Motivados pela igreja católica e organizações de movimentos sociais, os moradores se mobilizaram e se opuseram à entrada de balsas madeireiras no território. Com o acirramento dos conflitos e em defesa dos recursos naturais o PEAEX foi então instituído.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Limites claramente definidos

Os limites devem ser claramente definidos, para os indivíduos ou famílias que têm o direito de retirar unidades de recursos, assim como os limites dos recursos em si. Deve ser fechado para acesso de externos que não participam da ação coletiva para manter o recurso a fim de evitar que outros que não contribuíram para a ação coletiva colham os esforços (OSTROM, 1990).

Os "limites de respeito" das famílias usuárias do recurso comum são bem definidos socialmente, o que determina internamente entre os comunitários à área que cada família tem direito de uso. Entretanto, os limites do território do assentamento estão definidos apenas em Memorial Descritivo pelo Decreto Estadual nº 1.737 (PARÁ, 2009) e não demarcados fisicamente, situação essa que gera inconsonância em relação ao entendimento de algumas famílias com propriedades localizadas no limite daquele território.

Essas famílias que estão nos limites do território do assentamento não têm relação com a associação dos moradores e não se identificam como assentadas na modalidade jurídica preconizada pelo PEAEX, bem como com a categoria social de assentados extrativistas. O fato que se sobrepõe é que entendem que não fazem parte do assentamento, já que não há o marco físico nas suas "propriedades". Embora localizadas dentro dos limites de uma área de uso coletivo, reproduzem a lógica de propriedades individuais/privada e não participam da ação coletiva para manter os recursos. Para Oslon (1965), os membros de um grupo com interesses individuais não atuam voluntariamente a fim de tentar promover os interesses coletivos. A exceção são alguns casos, nos quais o número dos indivíduos seja bem pequeno ou haja mecanismos de

coerção que os obrigue a isso, e o recurso seria consumido por *"free riders"* ou caroneiros[2].

Apesar destas famílias não participarem da ação coletiva em prol dos recursos florestais, não foram constatadas, até o período da pesquisa, possíveis motivações para que essa questão se tornasse um eminente conflito no assentamento. A garantia dos limites de respeito está sendo um regulador/limitador de uso dos recursos, não gerando grandes conflitos internos. Mas, por outro lado, essa situação facilita a entrada de "caroneiros", pessoas externas ao assentamento, que são potenciais agentes geradores de conflitos, como madeireiros e pecuaristas de outras regiões, que aos poucos estão adentrando nos limites do assentamento, instalando pasto e retirando madeira de áreas e/ou em quantidades não permitidas. Portanto, a temática abordada neste tópico foi enquadrada como parcialmente atendido aos princípios da boa governança.

4.2 Coerência entre as regras de apropriação e de provisão com as condições locais

As regras de apropriação do recurso que restringem tempo, local, tecnologia e/ou quantidade de unidades de recursos extraídas estão relacionadas às condições ambientais locais e às regras de provisão, exigindo trabalho, materiais e/ou dinheiro (OSTROM, 1990). Na criação do Assentamento foram concebidos meios que assegurassem a organização fundiária e social. Comunitários com apoio de algumas organizações locais, nacionais e internacionais criaram um plano de desenvolvimento sustentável, que resultou na produção de uma cartilha de regras de uso e convivência para conservar os recursos naturais comuns de propriedade privada e regular o uso de forma sustentável dentro dos limites do território. Tais regras foram criadas a partir das formas de manejo já existentes, baseadas nas experiências tradicionais dos moradores. De acordo com Ostrom (1990 p. 93), "a adoção das regras de apropriação e provisão bem adaptadas ajuda a fortalecer a perseverança do estoque desse recurso. As regras refletem os atributos específicos do recurso particular".

A pesquisa revelou que o conhecimento tradicional das comunidades que já usavam o território foi respeitado como um mecanismo de governança de uso sustentável dos recursos. Para Moran (2010), as comunidades se adaptam aos sistemas

[2] *"Free riders"* ou caroneiros são indivíduos que usufruem do recurso comum sem participar da ação coletiva para conservá-lo (OSLON, 1965).

conforme o tempo na região, produzindo de forma sustentada. “Em uma ou duas gerações, pode-se esperar uma adaptação aprimorada entre as decisões e características socioambientais, pois os migrantes se tornam ‘nativos’ e encontram formas de se sustentar em seus novos lares” (MORAN, 2010, p. 140). Constatou-se que as famílias estão na região desde a década de 1940, portanto, estão adaptadas ao uso dos sistemas de forma sustentável. Na classificação qualitativa dos princípios da boa governança, este tópico pode-se enquadrar como atendido de forma integral.

4.3 Arranjos coletivos para as escolhas e decisões

A maioria dos indivíduos afetados pelas regras operacionais pode participar das decisões, os usuários do recurso interagem diretamente com um ao outro e com os externos para poder modificar as regras ao longo do tempo de modo a ajustá-las melhor às características específicas (OSTROM, 19900).

Houveram dois momentos que caracterizaram a trajetória da gestão do assentamento: o primeiro caracteriza-se pelos esforços para a oficialização do assentamento; foi marcado pela atuação do consórcio Comunidades e Florestas, formado pelas instituições Centro Internacional de Pesquisas Florestais (CIFOR), Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (IMAZON), Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB), Federação de Órgãos de Assistência Social e Educacional (FASE), financiados pela delegação da Comissão Europeia no Brasil, atuando com pesquisa e desenvolvimento no município de Porto de Moz desde 2005, em parceria com a ONG local Comitê de Desenvolvimento Sustentável de Porto de Moz (CDS) e com o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Porto de Moz (STTR - Porto de Moz) (VIEIRA et al., 2009). Trata-se da fase de importantes avanços, com constituição de arranjos coletivos para as escolhas e tomadas de decisões. O segundo momento, foi caracterizado com a fase posterior à oficialização do Assentamento, marcado pelo distanciamento, por parte do Estado, na gestão das tomadas de decisões, bem como o afastamento de ONGs e outras entidades até então atuantes na localidade, devido ao encerramento do financiamento do consórcio Comunidades e Florestas.

Na prática, as decisões sobre uso dos recursos e a gestão destes e do território recaíram exclusivamente sobre a responsabilidade das famílias moradoras. O que se imprime destes cenários é que, no primeiro, onde havia instituído um espaço de

governança territorial, com decisões compartilhadas por um conjunto de atores e instituições, foram identificados os principais avanços quanto à gestão do assentamento e seus recursos. Já no segundo momento, de gestão e ações de controle e proteção exclusivos dos comunitários, poucos avanços foram percebidos. Para Teisserenc (2014), ações de cooperação multissetoriais legitimam o apoio institucional e o reconhecimento da atividade pelo poder central e demonstra que apenas instituições do poder local não conseguem assegurar sozinha a gestão do território. Como atualmente não existem arranjos coletivos para escolhas e decisões para o território do assentamento, sendo a reponsabilidade única da associação dos moradores como instituição, constata-se que o princípio não foi atendido.

4.4 Monitoramento

De acordo com Ostrom (1990), os monitores devem auditar rondas no uso dos recursos e sobre as áreas de uso dos recursos de acesso comum. São responsáveis perante os apropriadores ou são os próprios apropriadores. No caso estudado, para a proteção física do território, foram criados grupos de "agentes ambientais" para fiscalizar as áreas coletivas, no entanto, é a associação dos moradores quem detém maior eficácia no papel de fiscalização. Na prática, a associação dos moradores se tornou a entidade responsável pela tomada de decisões e ações de gestão dentro do assentamento. Por ela se conduz a atuação dos próprios membros e de pessoas de fora do assentamento, como descrito na Cartilha de Regras de Uso e Convivência do PEAEX do Majari:

> Não podemos esquecer que quando foram feitas as regras também foram criados dois grupos de Agentes Ambientais, sendo um em cada comunidade, que tem a responsabilidade de fazer a fiscalização das áreas coletivas para ver se têm pessoas de fora ou de dentro da comunidade que não estão cumprindo com as regras de uso e convivência. Se não resolver na comunidade, estes agentes depois vão fazer as denúncias para Associação, IBAMA, Delegacia do Meio Ambiente. Ficou combinado que as fiscalizações das áreas coletivas deverão acontecer duas vezes por mês, feito pelos grupos de agentes! (CIFOR; CDS, 2010, p. 61-62).

Observou-se que os grupos de agentes ambientais foram pensados para facilitar o arranjo de um sistema de governança local, no qual a denúncia iria para a associação dos moradores, que acionaria o órgão responsável para tomar as providências cabíveis. Na realidade, verificou-se que o monitoramento físico do território e do cumprimento das regras estão sendo realizados apenas pelos moradores (os usuários), os quais não

têm condições de fiscalizar efetivamente por falta de aportes financeiros destinados a essa atividade. Além disso, surgiu-se o seguinte questionamento: se o fiscal que audita as rondas, também é usuário dos recursos, não poderia ele próprio, em algum momento, ser um transgressor a regra? Tal situação evoca a importância da presença de agentes de fiscalização do estado para auditar rondas complementares no território.

Em outras modalidades de propriedades coletivas de recurso de acesso comum, a experiência do monitoramento participativo por comunitários ribeirinhos já vem acontecendo como, por exemplo, o monitoramento da caça de quelônios e proteção de sítios de desova na RDS Piagaçu-Purus (WALDEZ et al., 2013), onde ribeirinhos e técnicos de ONG, dos governos e de universidades realizaram o monitoramento; o Programa de Monitoramento da Biodiversidade e do Uso dos Recursos Naturais em Unidades de Conservação Estaduais no Amazonas (MARINELLI et al., 2007), no qual comunitários, pesquisadores-colaboradores e técnicos da secretaria de estado de meio ambiente do Amazonas realizam o monitoramento; e, também o monitoramento do Instituto Chico Mendes de Biodiversidade e Conservação, Institutos de pesquisas e diversas outras experiências que vem se mostrando exitosas em reservas extrativistas na Amazônia brasileira.

O ponto comum dessas experiências é que sempre há a presença de agentes externos, que geralmente dão apoio e complementa o monitoramento, o que se difere da experiência de monitoramento independente constatada no PEAEX Majari, onde apenas os comunitários realizam tal trabalho. Portanto, para a análise qualitativa quanto ao cumprimento do princípio, este se enquadrado como parcialmente atendido.

4.5 Sanções graduais à transgressão

Os usuários que violam as regras operacionais provavelmente receberão sanções graduais (dependendo da gravidade e do contexto da ofensa) por outros apropriadores e ou por funcionários de estado responsáveis perante esses devedores (OSTROM, 1990). No atual arranjo de governança vigente no PEAEX Majari, apenas os moradores, através de sua associação, são responsáveis por aplicar as sanções corretivas. Contudo, nos acordos de convivências e regras não existem sanções próprias previstas para os transgressores das regras. Na cartilha das regras uso e de convivência, observou-se apenas proibições, como por exemplo a regra da madeira: “Todas as espécies que já não

tem mais em quantidade nas matas estão proibidas de serem cortadas para venda, como Mogno, Ipês e suas variedades, Maçaranduba, entre outras espécies que estão em extinção na localidade" (CIFOR; CDS, 2010, p. 40), mas não se identificou a menção de quaisquer mecanismos de sanções aos transgressores de tal regra. Ou seja, deixou-se claro que há proibições, mas não há sanções próprias previstas para o caso de violação.

A ocorrência de transgressões deveria ser comunicada aos agentes do estado, que tomariam as providencias cabíveis. Entretanto, como explicitado anteriormente, o monitoramento tem se demonstrado deficitário, facilitando a ocorrência de diversas transgressões às regras sem quaisquer sanções graduais. Constatou-se então que, sem mecanismos próprios de punição às violações das regras e sem o monitoramento presencial de agentes do estado auditando rondas é difícil aplicar esse princípio na prática. Além disso, o fato dos próprios usuários, na figura da associação de moradores, definirem e aplicarem as sanções, sem o aporte do Estado, pode gerar conflitos com eventuais transgressores internos e externos à comunidade.

É importante observar que, segundo Krüger e Siedenberg (2017), ao analisarem as aplicações dos princípios de gestão de bens comuns como estratégia de desenvolvimento local sustentável com base nos oito *principles design*, concluíram que atentar-se ao cumprimento das regras por parte dos usuários faz parte do processo da ação coletiva e, portanto, pequenas punições e até a exclusão do transgressor as regras do sistema pode surtir efeito mais interessante e adequado do que uma punição estatal, evidenciando a importância de existir um sistema de sanção próprio do arranjo de gestão local para pequenas infrações, algo que poderia afirmar e fortalecer o sistema.

> Há uma pré-disposição quase voluntária para adequar-se ao sistema de regramento estabelecido, sobretudo enquanto se verifica que os resultados coletivos são alcançados e se constata que os demais players adotam a mesma estratégia. Este comportamento condicional é uma decorrência quase natural do sistema de controle e sanções implantado, pois se tem noção de que a punição quase sempre representa um alto custo também para o agente punidor, enquanto seus benefícios distribuídos difusamente sobre os membros. Desta forma, pequenas sanções monetárias, perda de credibilidade ou até a ameaça de exclusão do sistema parecem ser mais eficazes que a aplicação de grandes multas (KRÜGER; SIEDENBER, 2017, p. 12).

Considerando os aspectos expostos, o princípio da boa governança não foi atendido considerando o aspecto da sanção gradual à transgressão.

4.6 Mecanismos de resolução de conflitos

Diz-se da existência de espaços de fóruns de acesso rápido e de baixo custo para resolução de conflitos entre usuários ou entre os usuários e autoridades. Esses mecanismos se estruturam de forma estratégica para que em campo nunca sejam equívocos, mesmo quando, os usuários do recurso sejam os próprios monitores e sancionadores (OSTROM,1990). Na pesquisa em tela, não foram identificados mecanismos próprios da gestão do PEAEX Majari para facilitar a resolução de conflitos, não foram apontados tais mecanismos nas entrevistas com as famílias e nem nos grupos focais. O que se traduz em duas hipóteses: a primeira é que realmente não haja mecanismos de resolução de conflitos pensados para a gestão dos recursos florestais do PEAEX e a segunda, que a questão não foi comtemplada pela pesquisa e precisa ser estudada com mais profundidade com pesquisas complementares que busquem responder à pergunta.

Tratando desse princípio, Ostrom (1990) destaca que se os indivíduos seguirem regras por um longo período de tempo deve haver mecanismos para discutir e resolver o que de fato constitui alguma infração. Embora a presença de mecanismos de resolução de conflitos não garanta que os usuários do recurso sejam capazes de manter instituições duradouras, é difícil imaginar como um complexo sistema de regras como o do PEAEX Majari, possa ser mantido ao longo do tempo sem tais mecanismos. Nesta perspectiva, o mecanismo de resolução de conflito é um princípio não atendido.

4.7 Reconhecimentos mínimos de direitos de organização

O direito dos usuários de conceber as suas próprias instituições e suas próprias regras não são contestados por autoridades governamentais externas (OSTROM, 1990). É reconhecida pelo poder público o direito de organização dos moradores e de não dependência estatal para decisões. Com a criação do PEAEX, o direito de uso dos recursos naturais passou a ser das famílias, administrado pela associação dos moradores. Conseguiu-se notar esse reconhecimento em entrevista com o representante do poder público local, que proferiu a seguinte frase: “Como poder público, respeitamos as escolhas que são feitas lá dentro (do assentamento). Existe a associação para as decisões deles e sempre que nos procuram ajudamos como podemos” (Analista, Secretaria de Meio Ambiente de Porto de Moz – PA, 2016).

Importante ressaltar que esse reconhecimento respeita o uso tradicional e os saberes acumulados ao longo de gerações na manutenção dos recursos, entendendo que "cada uma das populações da Amazônia têm uma experiência histórica que a diferencia das outras (MORAN, 1990, p. 36)", e que um poder central do estado não é o ideal para gerir sozinhos os recursos naturais. Isso discorda, em partes, com a teoria da tragédia dos comuns de Hardin (1968), na qual os recursos devem ser nacionalizados ou privatizados, reconhecendo que as comunidades têm condição de autogestão de seus recursos. Assim, "trazendo as comunidades à participação numa gestão da biodiversidade de seu território, de modo a responder às exigências ambientais" (TEISSERENC, 2016, p. 248).

Ainda para Teisserenc (2016), as práticas de mobilização pela ação coletiva se apoiam sobre as estratégias dos atores locais e de seus parceiros, compreendem os modos de produção desenvolvidos por essas populações, os modos de vida e as formas de democracia implementadas no território. Portanto, o reconhecimento por parte de atores externos do aparato estatal, indica que o território está sendo compreendido a partir da visão dos usuários tornando essa política fundiária eficiente nesse contexto, ficando evidente, de certa maneira, que "olhar para um território é olhar para uma cosmologia" (DE FRANCESCO, 2012, p. 156).

Diante do exposto, verificou-se que a organização dos moradores como usuários dos recursos florestais tem sido reconhecida pelo poder público local e estadual, sendo possível considerar que o houve pleno atendimento ao princípio da boa governança.

4.8 Aninhamento de instituições em rede estruturada para articulação intersetorial na gestão

Trata-se da existência de provisão, monitoramento, fiscalização e resolução de conflitos e atividades de governança organizadas em várias camadas de instituições aninhadas (OSTROM, 1990). Foi constatado na pesquisa que o papel do poder público no arranjo de governança localmente estabelecido era subsidiar o funcionamento de políticas públicas como educação e auxílio ao transporte da produção até a cidade, entretanto, não há participação efetiva desse ator externo na instância de decisões da gestão do PEAEX. Percebeu-se que não é possível afirmar que, se não há articulação intersetorial na gestão não há um sistema de governança instituído. Pires et al. (2011, p. 35) afirma que "não existe um modelo único de governança, mas sistemas de

governanças inerentes a cada contexto social e histórico". Estabelecer regras em um nível, sem regras em outros níveis, produzirá um sistema incompleto que pode não durar em longo prazo (OSTROM, 1990). Isso gera uma preocupação no que se diz respeito aos recursos florestais, quando se traz ao chão a realidade encontrada no PEAEX. Essa preocupação é concebida a partir da afirmação de Moran (2010), em que a sustentabilidade da floresta, em longo prazo, depende muito da governança adotada, com instituições eficazes de gestão que criem sistemas de governança que se adaptam as situações, com equipes e grupos de atores de diversas áreas do conhecimento que desenvolvam uma compreensão política comum.

O modelo de governança instituído hoje no PEAEX Majari gera dois questionamentos: I - O primeiro que a situação dialoga com a afirmação de Hess e Ostrom (2007), tratando da gestão de recurso comum tradicional na floresta, questões essenciais para qualquer análise, inevitavelmente para manter o recurso florestal deve haver equidade de apropriação, eficiência no uso e sustentabilidade em longo prazo. É possível, no atual arranjo de governança do assentamento o cumprimento desses itens? Ou II - esse arranjo evoca a necessidade da participação de uma ação coletiva multissetorial, onde atores internos e externos ao território institucionalizarão um novo espaço de tomada de decisões? Nesta perspectiva, constatou-se que não há aninhamento institucional para a gestão, o que significa dizer que não há atendimento a esse princípio da boa governança.

4.9 Síntese do atendimento aos princípios da boa governança

Para melhor compreensão e análise, tabularam-se os resultados, comparando os princípios para uma boa governança (OSTROM, 1990) com as realidades identificadas PEAEX Majari, apresentando-os abaixo na Tabela 2.

Tabela 2: Situação de atendimento aos princípios da boa governança no PAEX Majari.

Situação	Princípios "boa governança" *	Realidades no PEAEX Majari 2016–2018 **
Atendido	Coerência entre as regras de apropriação e provisão com as condições locais.	As regras de convivência foram construídas pelos moradores com apoio das instituições e organizações.
	Reconhecimento mínimo de direitos de organização	É reconhecida e respeitada pelo poder público local e estadual a organização dos moradores.
Parcialmente atendido	Limites claramente definidos	Os limites de respeito das famílias usuárias do recurso comum são bem definidos, entretanto, os limites do assentamento são definidos apenas em memorial descritivo e não fisicamente.

	Monitoramento	O monitoramento físico do território e do cumprimento das regras é realizado apenas pelos moradores (os usuários), que não têm condições de fiscalizar efetivamente por falta de recursos.
Não atendido	Arranjos coletivos para as escolhas e decisões	Apenas a associação dos moradores é responsável pelas atuais decisões e escolhas no assentamento.
	Sanções graduais à transgressão	Não foram pensados mecanismos próprios da gestão para aplicar as sanções corretivas aos transgressores das regras.
	Mecanismos de resolução de conflitos	Inexistem mecanismos próprios da gestão para facilitar a resolução de conflitos.
	Aninhamento de instituições em rede estruturada para articulação intersetorial na gestão	Atualmente existe apenas a associação dos moradores responsável pela gestão do assentamento.

Fonte: *Ostrom, 1990; **Pesquisa de campo.

Os resultados indicam que é mais comum o não atendimento aos princípios da boa governança, demostrando limitações para o estabelecimento de boa governança dos recursos naturais. Contudo, considerando que a metade dos princípios são parcialmente ou plenamente atendidos, há indícios que há saída para o quadro problemático de gestão sustentável dos recursos naturais a partir de mecanismos de governança por comunitários usuários.

5 CONCLUSÕES

Considerando o nível de atendimento aos princípios da boa governança estabelecidos por Ostrom (1990), conclui-se que no PAEX Majari existe ameaça à sustentabilidade na preservação dos recursos naturais de uso dos comunitário, o que incorre a riscos ao propósito de criação da área como unidade de reforma agrária para comunitários que realizaram a gestão sustentável dos recursos da floresta e rios, a partir da agricultura, pesca e extrativismos. O que se mostrou fundamental para o quadro de instabilidade é a quase total ausência do Estado nos procedimentos de gestão da área em questão. Contudo, os comunitários desenvolveram, ao longo do tempo e a partir de suas práticas diárias, mecanismos de gestão dos recursos e proteção do território, o que indica possibilidades concretas de superação da fragilidade causada pela ausência do estado, assim como um processo a ser promovido.

Para tanto, é impreterível a cooperação entre os atores internos e externos ao PEAEX, para garantir a proteção dos recursos florestais e dos modos de vida dos comunitários no território. Como, por exemplo, a experiência brasileira dos conselhos

deliberativos de Reservas Extrativistas, gerenciadas pelo ICMBio, que pela sua constituição possibilita um espaço de governança com os usuários, especialistas na regulação do recurso e órgãos responsáveis pela fiscalização.

Mas, para construção desses espaços se faz necessário um enfoque multidisciplinar, caso contrário, o cenário futuro de projetos agroextrativistas, em especial o caso aqui problematizado, poderá tender à superexploração dos recursos florestais e, em longo prazo, ao esgotamento destes pela ação dos aproveitadores que não participam da ação coletiva, mas usufruem do recurso.

6 AGRADECIMENTOS

Este trabalho contou com o financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq (Processo 409936/2013-8), ao qual os autores agradecem.

REFERÊNCIAS

BACHA, C.J.C. **O Uso de Recursos Florestais e as Políticas Econômicas Brasileiras** - Uma Visão Histórica e Parcial de um Processo de Desenvolvimento. Revista Estudos Econômicos, São Paulo, vol.34, n.2, Abr./Jun., 2004.

CIFOR; CDS. **Cartilha de Regras de Uso e Convivência do Projeto Estadual de Assentamento Agroextrativista - PEAEX do Majari**. 1º versão, Belém, Projeto Comunidades e Florestas, 2010.

DE FRANCESCO, A.A. **Este é o nosso lugar:** uma etnografia da territorialidade Caiçara na Cajaíba (Paraty, RJ). 2012. 164 p. Dissertação. (Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, Campinas, 2012.

DULLEY, R. D. **Noção de Natureza, Ambiente, Meio Ambiente, Recursos Ambientais e Recursos Naturais**. Agricultura em São Paulo, v. 51, n. 2, jul./dez. 2004.

FONSECA, I.F.; BURSZTYN, M. **A banalização da sustentabilidade:** reflexões sobre governança ambiental. Sociedade e Estado. v. 24, n. 1, jan./abr., 2009

HARDIN, G. **The tragedy of the commons**. Science, n. 162, 1968.

HESS, C.; OSTROM, E. **Introduction:** And Overview of the Knowledge Commons. In: Understanding Knowledge as a Commons. London: The MIT Press. 2007. ISBN 978-0-262-08357-7.

INCRA. Portaria SR 30 n° 52: **Reconhece o Projeto de Assentamento Agroextrativista denominado - MAJARI, situado no município de Porto de Moz, no Estado do Pará.** Diário Oficial da União. Brasília – DF. O8 de Dez. 2009.

INCRA. **Projetos de Assentamento Agroextrativistas – PAE´S**. Brasília, DF: INCRA, 1996.

KRÜGER, R. F.; SIEDENBERG, D.R. **Bens comuns como estratégia de desenvolvimento local sustentável.** In: VIII Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional. Anais **...** Santa Cruz do Sul – RS. UNISC. 2017.

MARINELI, C. E.; CARLOS, H.S.A.; BATISTA, R.F.; ROHE, F.; WALDEZ, F.; KASECKER, T.P.; ENDO, W.; GODOY, R.F. **O programa de Monitoramento do Biodiversidade e do uso dos recursos naturais em Unidades de Conservação estadual no Amazonas**. Manaus: Secretaria de Estado de do meio ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas, 2007.

MAYNTZ R. **El Estado y la sociedad civil en la gobernanza moderna**. Rev. del CLAD Reforma y Democracia. 2001. 21.

MCGINNIS, M.D. **Updated Guide to IAD and the Language of the Ostrom Workshop:** A Simplified Overview of a Complex Framework for the Analysis of Institutions and their Development. 1º versão, Indianopólis, Indiana University, 2010.

MENDES, J.T.G. **Economia:** Fundamentos e Aplicações. 1ª reimpressão. São Paulo: Prentice Hall, 2004.

MILLENNIUM ECOSYSTEM ASSESSMENT. **Ecosystems and Human Well-being:** Synthesis. Island Press, Washington, DC. 2005. ISBN 1-59726-040-1.

MORAM, E. F. **A ecologia humana das populações da Amazônia.** Editora Vozes. Petrópolis – RJ. 1990. ISBN:85-326-0297-5.

MORAM, E. F. **Meio ambiente & florestas**. (Serie Meio Ambiente; 11). Editora SENAC. São Paulo – SP. 2010. ISBN: 978-85-7359-999-2.

MORGAN, D. L. **Focus group as qualitative research.** London: Sage, 1997.

OLSON, M. **The logic of collective action.** Cambridge, MA: Harvard University Press. 1965. 186p.

OSTROM, E. **Governing the Commons:** the evolution of institutions for collective action. Indiana University. University Press. Cambridge, 1990.

PARÁ. Decreto Nº 1.737 de 17 de Junho de 2009. **Cria o projeto Estadual de Assentamento Sustentável Denominado Majari I, Localizado no Município de Porto de Moz, no Estado do Pará**. ITERPA- Instituto de Terras do Pará, Diário Oficial do Estado, Belém, PA. 18 de jun. de 2009.

PARÁ. Instrução Normativa N° 3 de 9 de junho de 2010. **Dispõe sobre o processo de criação dos Projetos Estaduais de Assentamentos**. ITERPA- Instituto de Terras do Pará, Diário Oficial do Estado. Belém, PA, 05 de Out. de 2010.

PIRES, E.L.S; FUINI, L.L.; MANCINI, R.F.; PICCOLI NETO, D. **Governança territorial: conceito, fatos e modalidades.** UNESP - IGCE : Programa de Pós-graduação em Geografia. Rio Claro - SP. 2011. ISBN: 9788561203115

TEISSERENC, P. **As vias de integração da mobilização social no campo político**. [dossiê]. Caderno CRH. v.29. n.77. Salvador. May./Aug. 2016. DOI: http://dx.doi.org/10.1590/S0103-49792016000200004.

TEISSERENC, P. **Governança territorial em reservas extrativistas**. Revista Pós Ciências Sociais. v.11, n.22, jul/dez. 2014.

VIEIRA, A. C. C.; CARVALHEIRO, K. O.; EHRINGHAUS.C; FARIAS, J. E.S. **Sob um outro olhar:** entendendo os diferentes usos de espécies florestais por comunidades ribeirinhas em Porto de Moz, estado do Pará, Amazônia oriental. In: VII Congresso Brasileiro de Sistemas Agroflorestais, **Anais.** Luiziânia - GO, 2009.

WALDEZ, F.; ADÁRIO, L. G. E.; MARIONI, B.; ROSSONI, F.; ERICKSON, J. **Monitoramento participativo da caça de quelônios (Podocnemididae) por comunitários ribeirinhos no baixo rio Purus e proteção de sítios de desova na RDS Piagaçu-Purus, Brasil**. Revista Colombiana de Ciência Animal, v. 5, n. 1, 2013.

ANEXO I – DIRETRIZES PARA AUTORES REVISTA INTERAÇÕES

INTERAÇÕES

Revista Internacional de Desenvolvimento Local

Critérios para publicação

1.1 Interações – Revista Internacional de Desenvolvimento Local da Universidade Católica Dom Bosco destina-se à publicação de matérias que, pelo seu conteúdo, possam contribuir para a divulgação de pesquisas sobre o Desenvolvimento Local.

1.2 Periodicidade: A periodicidade da Revista é trimestral, podendo alterar-se de acordo com as necessidades e exigências do Programa; o calendário de publicação da Revista, bem como a data de fechamento de cada edição, serão, igualmente, definidos por essas necessidades.

1.3 Natureza das pesquisas - Interações – Revista Internacional de Desenvolvimento Local publicará pesquisas da seguinte natureza:

Artigos - Artigos inéditos, que envolvam, sob forma de estudos, abordagens teóricas ou práticas referentes à pesquisa em Desenvolvimento Local e que apresentem contribuição relevante à temática em questão, além de estarem alinhados às linhas de pesquisa do PPGDL-Mestrado e Doutorado em Desenvolvimento Local:

Linha 1 - CULTURA, IDENTIDADE E DIVERSIDADE NA DINÂMICA TERRITORIAL, emergindo para os seguintes grupos temáticos:

1 Dimensão Cultural e Interculturalidade em Processos Inclusivos de Justiça Social e Direitos Humanos em Desenvolvimento Local

2 Linguagem, Práticas Textuais e Gêneros Discursivos na Percepção, Construção e Reinvenção do Território

3 Cultura, Religiosidade e Saberes Tradicionais, Relações Existenciais com o Território e Regeneração da Vida.

4 Patrimônio Cultural como Identidade Coletiva na Manutenção e Desenvolvimento do Território

Linha 2 – **POLÍTICAS PÚBLICAS E DINÂMICAS DE INOVAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL, emergindo para os seguintes grupos temáticos:**

1 Políticas públicas de desenvolvimento territorial

2 Dinâmicas socioprodutivas e ambientais

3 Dinâmicas do ambiente institucional e de governança territorial

4 Dinâmicas de aprendizagem coletiva inovadoras

5 Estratégias de inovação no território

1.4 Traduções de textos fundamentais - Textos clássicos não disponíveis em língua portuguesa, que constituam fundamentos da área específica de Desenvolvimento Local e que, por essa razão, contribuam para dar sustentação e densidade à reflexão acadêmica, com a devida autorização do autor do texto original.

1.5 Entrevistas inéditas - Seu conteúdo é sobre trabalhos relevantes e voltados para o Desenvolvimento Local.

1.6 Resenhas - de obras inéditas e relevantes que possam manter a comunidade acadêmica informada sobre o avanço das reflexões na área do Desenvolvimento Local.

1.7 Relatos de experiência *Stricto Sensu* - de pesquisas inéditas tanto de mestrado quanto de doutorado que estejam em consonância dom a temática do Desenvolvimento Local.

1 A contribuição deve ser original e inédita e não estar sendo avaliada para publicação por outra revista.

2. Trabalhos publicados em anais de congressos podem ser considerados pelo Conselho Editorial, desde que estejam em forma final de artigo.

3. Os artigos podem ser redigidos em português, espanhol e inglês.

4. As opiniões e conceitos emitidos pelos autores dos artigos são de sua exclusiva responsabilidade.

5 Todos os autores do artigo deverão se cadastrar no portal da Revista Interações e preencher todos os campos (prenome, nome do meio, sobrenome, Instituição de afiliação, e-mail e resumo da biografia). Necessariamente, deverá ter como um dos autores ou coautores um doutor.

6 **Todos os autores devem se registrar para a submissão do artigo com o respectivo ORCID. (Exigência básica da Scielo).**

7 Não serão aceitos textos que não obedeçam, rigorosamente, os critérios estabelecidos por **INTERAÇÕES** – Revista Internacional de Desenvolvimento Local e seus autores serão informados.
8 A publicação de artigos deverá **conter obrigatoriamente**:
a) Título em português e inglês
b) Autoria, com identificação das respectivas instituições, endereços eletrônicos, dados relativos à produção do artigo, bem como possíveis auxílios institucionais, no momento da submissão, no campo "3. inclusão de metadados''.
c) Cada artigo poderá contar com um número de autores necessários quando estiver relacionado a um Grupo de Pesquisa, necessitando ter um autor principal que responda pelos demais e especifique o papel de autoria de cada coautor.
d) Cabe ao editor responsável a decisão final com relação aos artigos submetidos a partir das políticas decididas pelo Conselho editorial, pelo comitê científico e pela editoria do periódico. Essas políticas obedecem às exigências legais em vigor sobre difamação, violação de direitos autorais e plágio.
e) Resumo
i. Escrever em português e inglês, rigorosamente corrigidos e revisados
ii. Apresentar a temática do artigo, os objetivos, a metodologia e os resultados
iii. Conter de três a cinco palavras-chave, para efeito de indexação do periódico
f) Introdução
i. Apresentar a macrovisão do texto com: temática, breve contexto do assunto, justificativa, objetivos, metodologia e apresentação dos tópicos ou seção.
ii. Apresentar, se necessário, o estado da arte
Observação: Para trabalhos com metodologias específicas no texto, não há obrigatoriedade de especificação na Introdução.
g) Seções ou Tópicos -As seções ou tópicos do texto devem ser numeradas, a começar de 1 (na Introdução).
h) Notas de rodapé -As notas devem ser digitadas em pé de página, numeradas a partir de 1, e não devem ser utilizadas para referência bibliográfica. As notas de rodapé devem se restringir ao mínimo necessário e indispensável.
i) Citações
i. Empregar aspas para citações de até três linhas dentro de um parágrafo;
ii. Ao utilizar citações mais longas, destacar, em parágrafo separado, com adentramento 4, precedidas e seguidas de uma linha em branco, digitadas em Times New Roman, corpo 10, sem aspas e com espaçmento simples.
iii. As referências, após citação ou paráfrase, devem ser feitas no corpo do trabalho, apresentadas entre parênteses, por intermédio da data identificadora do trabalho, seguida de vírgula, espaço, da expressão p. de página, espaço, e do número da página citada. Ex.: (BOSI, 1988, p. 25-30).
j) Referências
i. Livro com um só autor: SOBRENOME, Nome. Título em itálico. X. ed. Local: Editora, ano.
ii. Obra com um mesmo autor: _____. Título em itálico. X. ed. Local: Editora, ano.
iii. Livro com até três autores: SOBRENOME, Nome; SOBRENOME, Nome; SOBRENOME, Nome. Título em itálico. X. ed. Local: Editora, ano.
iv. Livro com mais de três autores: colocar o nome do primeiro autor, seguido da expressão et al. Título em itálico. Edição. Local: Editora, ano.
v. Artigos de revistas (assinados): SOBRENOME, Prenome. Título do artigo sem aspas ou itálico. Nome da revista em itálico, Local, v. X, n. X, p. XX-XX, mês/mês ano.
vi. Artigos de revistas (não-assinados): TÍTULO do artigo sem aspas ou itálico, com a primeira palavra em maiúsculas. Nome da revista em itálico, Local, v. X, n. X, p. XX-XX, mês/mês ano.
vii. Artigos em jornais (assinados): SOBRENOME, Prenome do autor. Título do artigo sem aspas ou itálico. Nome do jornal em itálico, Local, data, Caderno/seção, p. XX-XX.
viii. Artigos em jornais (não assinados): TÍTULO do artigo sem aspas ou itálico e com a primeira palavra em maiúsculas. Nome do jornal em itálico, Local, data, Caderno/seção, p. XX-XX.
ix. Capítulos em livros: SOBRENOME, Prenome. Título do capítulo. In: SOBRENOME, Prenome (Ed./Org.). Título do livro em itálico. X. ed. Local: Editora, ano.
x. Dissertações e teses: SOBRENOME, Prenome do autor. Título da dissertação ou tese. Ano. XXp. Dissertação/Tese (Mestrado/Doutorado em Área X) - Nome do Instituto/Faculdade, Universidade, Local, data.
Mais informações:
a) Somente serão aceitos artigos submetidos pelo sistema online neste endereço. Não serão aceitas submissões por e-mail;

b) Os artigos recebidos primeiramente são analisados por um dos editores chefes. Nesta etapa analisa-se a adequação às normas para publicação e o alinhamento com as áreas temáticas de interesse. Se estiver de acordo, seguem um processo de revisão duplo-cego em que a identidade tanto do revisor como do autor são ocultadas de ambas as partes. Se não estiver, o artigo é rejeitado pelo editor e informado o motivo **(não adequação às normas ou não alinhamento à revista).**
c) O resultado da avaliação dos pareceristas poderá ser de quatro formas:
(1) Aprovado sem revisões (ou mínimas revisões);
(2) Aprovação condicionada à revisões;
(3) Sugestão de ressubmissão (onde receberá novo parecer);
(4) Rejeitado.
d) Se uma indicação dos pareceristas for divergente poderá ser consultado um terceiro parecerista. Após a avaliação do mesmo o editor avaliará todas os pareceres e indicações e proferirá o resultado em uma das 4 possibilidades indicadas no item c.
e) Os editores e pareceristas se reservam o direito de propor alterações nos originais, visando manter a qualidade da publicação, mas respeitando o estilo e as opiniões dos autores. Afirmações, opiniões e conceitos expressados nos artigos são de inteira responsabilidade dos autores.
f) O simples encaminhamento dos trabalhos à revista Interações – Revista Internacional de Desenvolvimento Local (www.interacoes.ucdb.br) implica na aceitação, por parte do autor, das normas aqui expressas, bem como na autorização da publicação dos mesmos.
g) A taxa de reprovação em 2017 foi de 65,0%.

NORMAS DE SUBMISSÃO
1 **Formatação:** Os trabalhos devem ser submetidos pelo portal de **Interações** – Revista Internacional de Desenvolvimento Local (www.interacoes.ucdb.br), dentro da seguinte formatação:
a) Arquivo no padrão Microsoft Word, OpenOffice ou RTF;
b) O texto deverá ser redigido em espaço 1,5;
c) A fonte utilizada deve ser a Times New Roman, tamanho 12;
e) Os caracteres itálicos serão reservados exclusivamente a títulos de publicações e a palavras em idioma distinto daquele usado no texto, eliminando-se, igualmente, o recurso a caracteres sublinhados, em negrito, ou em caixa alta; todavia, os subtítulos do artigo virão em negrito.
f) Eventuais ilustrações, fotos e imagens com respectivas legendas devem ser apresentadas inseridas no texto e separadamente, em formato TIFF, JPG, WMF ou EPS.
g) Tabelas devem estar em formato editável.
i) As referências e remissões deverão ser elaboradas de acordo com as normas de referência da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT – 6023).
j) Os limites estabelecidos para os diversos trabalhos somente poderão ser excedidos em casos realmente excepcionais, por sugestão do Conselho Editorial e a critério do Conselho de Redação.
k) Todos os autores do artigo devem se cadastrar no portal da Revista Interações e preencher todos os campos (prenome, nome do meio, sobrenome, Instituição de afiliação, e-mail e resumo da biografia e ORCID IN).
CONDIÇÕES PARA SUBMISSÃO
Como parte do processo de submissão, os autores são obrigados a verificar a conformidade da submissão em relação a todos os itens listados a seguir. As submissões que não estiverem de acordo com as normas serão devolvidas aos autores.

1. A contribuição é original e inédita, e não está sendo avaliada para publicação por outra revista; caso contrário, deve-se justificar em "Comentários ao editor".
2. O arquivo da submissão está em formato Microsoft Word, OpenOffice ou RTF.
3. URLs para as referências foram informadas quando possível.
4. O texto está em espaço 1.5; usa uma fonte de 12-pontos; emprega itálico em vez de sublinhado (exceto em endereços URL); as figuras e tabelas estão inseridas no texto, não no final do documento na forma de anexos. Contém Título e Resumos nos respectivos idiomas: Português, Inglês e Espanhol.
5. O texto segue os padrões de estilo e requisitos bibliográficos descritos em Diretrizes para Autores, na página Sobre a Revista.
6. Em caso de submissão a uma seção com avaliação pelos pares (ex.: artigos), as instruções disponíveis em **Assegurando a avaliação cega pelos pares** foram seguidas. Nesse caso, a autoria e os dados institucionais foram omitidos do original submetido.
7. O autor possui propriedade intelectual das imagens, que estão em boa qualidade (no mínimo 300 dpi) e disponíveis para serem enviadas na condição de documento suplementar na submissão, em formatos JPG, WMF, TIFF ou EPS.

8. Todos os autores do artigo estão cadastrados no portal da Revista Interações e preencheram todos os campos (*prenome, nome do meio, sobrenome, Instituição de afiliação, e-mail e resumo da biografia).*
9. Foi informado o ORCID (https://orcid.org/register) de todos os autores, no momento da submissão do artigo.

ANEXO – II QUESTIONÁRIO APLICADO COM AS FAMÍLIAS EM CAMPO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ALTAMIRA
FACULDADE DE ENGENHARIA FLORESTAL
Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial – NEDET

CNPq Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

ROTEIRO PARA ENTREVISTAS EM UNIDADES PRODUTIVAS

Não preencher em campo

Entrevistador: _____ Data: ____ / ____ / 2016

Nº entrevista: _____

Coordenadas: X: _____ N° GPS: _____
Y: _____

I. IDENTIFICAÇÃO DA FAMÍLIA

1. Entrevistado: _____ 2. Apelido: _____
3. Comunidade: _____
4. Como você se identifica profissionalmente?

( ) Pescador ( ) Ribeirinho ( ) Beiradeiro
( ) Extrativista ( ) Agricultor ( ) Outro: _____

5. Qual a distância de sua casa para a cidade? _____
6. Tempo de viagem até a cidade? _____
7. Há quantos anos sua família vive na propriedade/localidade? _____
8. Onde moravam antes de vir para este lugar?

( ) Sempre morou na comunidade ou área próxima ( ) Outro local dentro do PEAEX
( ) Outra comunidade rural do município ( ) Cidade de Porto de Moz
( ) OUTRO município ( ) OUTRO Estado

9. Por que escolheram este lugar para viver? -

_____
_____

10. Antes de se mudarem para esta localidade, quais atividades econômicas vocês desenvolviam?

( ) Não se aplica, família nasceu na comunidade

Ordem de maior retorno econômico

1. _____ 3. _____
2. _____ 4. _____

11. Como adquiriu o lote: ( ) herança ( ) Compra ( ) doação
( ) arrendado ( ) posse mansa ( ) de um parente ou amigo
12. Como é/foi feita a demarcação das terras no assentamento?

_____
_____

13. A condição fundiária do seu lote está estabilizada? ( ) Sim ( ) Não
14. Existe conflitos por terra na sua comunidade? ( ) Sim ( ) Não

14.1. Se sim, o que tem provocado esses conflitos? _____

15. Composição da família por residência ***(se precisar mais espaço utilize o verso e indique que há dados fora do quadro).***

	15.1. Nome dos familiares moradores e ex-moradores.	15.2. Sexo (M / F)	15.3. Idade	15.4. Escolaridade Exemplos: 4°, 5°... 1°Médio, 2°Médio... Superior incompleto...	15.5. Relação na família	15.6. Vive no lote?
1						( ) S ( ) Ñ
2						( ) S ( ) Ñ
3						( ) S ( ) Ñ
4						( ) S ( ) Ñ
5						( ) S ( ) Ñ
6						( ) S ( ) Ñ
7						( ) S ( ) Ñ
8						( ) S ( ) Ñ
10						( ) S ( ) Ñ
11						( ) S ( ) Ñ
12						( ) S ( ) Ñ
13						( ) S ( ) Ñ

15.7. Caso tenha parente que saiu do lote/localidade, porque saiu? _____
_____

15.8. Alguém desse já retornou à localidade? ( )Sim ( ) Não

15.9. Motivo do retorno? _____

16. Com relação ao assentamento, o(a) Senhor(a) pretende? ( ) continuar morando ( ) sair para outro lugar

16.1. Porquê? _____

II. USO DO SOLO

OBS: ***Caso use outra unidade de medida de área, descreva o nome***

17. Qual o tamanho de seu lote (ha)? _____

18. Área total ATUAL:

18.1. Cobertura	18.2. Área (ha)	Cobertura	Área (ha)
Capoeira/juquira		Lavoura perene	
Mata		Outra_____	
Pasto		Outra _____	
Lavoura anual		Outra _____	

19. Evolução dos cultivos?

19.1. Ano da roça	19.2. Tipo lavoura/cultivo	19.3. Tamanho da roça	19.4. Tipo de área anterior **1** – Capoeira/juquira **2** – Mata **3** – Pasto **4** – Outro_____	19.5. O que há nessa área **1** – Capoeira/juquira **2** – Mata **3** – Pasto **4** – Outro_____
2016				
2015				
2014				
2013				
2012				

20. Onde foi colocada a roça, costuma deixar a terra descansar com capoeira/juquira após colheita da lavoura?
( ) Sim ( ) Não

20.1. Se sim, em média quanto tempo: _____ anos

21. É aproveitada a madeira do roçado? ( ) Sim ( ) Não

21.1. Como é feito esse aproveitamento?

22. Qual(is) critério(s) o senhor usa para escolher o local para implantar as roças?_____

23. Há alguma diferença na forma como o senhor trabalhava com as roças antigamente e hoje? ( ) Sim ( ) Não

23.1. Se sim, quais?_____

24. A família possui outros lotes: ( ) Sim ( ) Não.

24.1. Se sim, Quantos: _____

24.2. Qual a área total: _____

24.3. Localização desses lotes? _____

24.4. Que tipo de produção há nessa(s) terra(s): _____

III. EXTRATIVISMO

25. **PESCA**

25.1. Espécies	25.2. Qtd. consumida (kg/mês)	25.3. Qtd. Comercializada (kg/mês)	25.4. Preço comercializado (R$/kg)	25.5. Valor da venda total do (R$)	25.6. Para quem vendeu?
1					
2					
3					
4					
5					
6					
7					

Código25.6*:* ***1****= Atravessador no lote;* ***2****=Atravessador na cidade;* ***3****=Vizinhos;* ***4****=Direto ao consumidor;* ***5****=Outros (escreva);*

26. CAÇA

26.1. Espécies	26.2. Qtd. consumida (animais/mês)	26.3. Qtd. Comercializada (animais/mês)	26.4. Preço comercializado (R$/kg)	26.5. Valor da venda total do (R$)	26.6. Para quem vendeu?
1					
2					
3					
4					
5					
6					
7					

Código26.6*:* ***1****= Atravessador no lote;* ***2****=Atravessador na cidade;* ***3****=Vizinhos;* ***4****=Direto ao consumidor;* ***5****=Outros (escreva);*

27. MADEIRA

Quadro geral de todas as espécies de madeira trabalhadas pela família ao longo do tempo

				Apenas se for um produto explorado no último ano			
27.1. Espécie	27.2. Processamento	27.3. Finalidade *1 = Uso no lote 2 = Venda 3 = Ambos*	27.4. Ano **Começou** e **Término** da exploração.	27.5. Preço comercializa-do (R$)	27.6. Qtd. que vendeu no Último ano	27.7. Valor venda total último ano (R$)	27.8. Para quem vendeu?
Mogno			____/____				
Maçaranduba			____/____				
Melancieira			____/____				
Acapu			____/____				
Ipê			____/____				
Angelim			____/____				
Acapu			____/____				
Castanheira			____/____				
			____/____				
			____/____				
			____/____				
			____/____				
			____/____				
			____/____				

Código27.7: ***1****= Atravessador no lote;* ***2****=Atravessador na cidade;* ***3****=Vizinhos;* ***4****=Direto ao consumidor;* ***5****=Outros (escreva);*

28. Sobre as espécies de madeira que parou de explorar, qual foi motivo?_____
_____
29. Quais os tipos de trabalho realizado (no inverno e verão), com a madeira?
    29.1. Inverno:_____
    _____
    29.2. Verão: _____
30. Com quem o senhor aprendeu a lidar dessa forma?
    _____
31. Tem algum vizinho que trabalha de outra forma? ( ) Sim ( ) Não ( ) Não sabe
    31.1. Como ele trabalha? _____
32. O senhor mudou a forma de trabalho com a madeira ao longo do tempo? ( )Sim ( )Não ***(vá para a questão 31)***
    32.1. Se sim, o quê mudou? _____
    32.2. Quem orientou a mudar? _____
33. Quais foram às práticas que o senhor abandonou? _____
34. Qual foi o número máximo de espécies que já conseguiu trabalhar? _____
35. Por que teve que reduzir? _____
36. Você e sua família fazem plantio de mudas de espécie florestais? ( ) Sim ( ) Não ***(vá para a questão 36)***
    36.1. Se sim, quais? _____
37. Alguém lhe orientou a plantar essas espécies? ( ) Sim ( ) Não
    37.1. Quem? _____
38. **PRODUTOS NÃO MADEREIROS**

Quadro geral de todas as espécies de madeira trabalhadas pela família ao longo do tempo

				Apenas se for um produto explorado no último ano			
38.1. Espécie	38.2. Processamento	38.3. Finalidade *1 = Uso no lote 2 = Venda 3 = Ambos*	38.4. Ano **Começou** e **Término** da exploração.	38.5. Preço comercializa-do (R$)	38.6. Qtd. que vendeu no Último ano	38.7. Valor venda total último ano (R$)	38.8. Para quem vendeu?
Cipó			____/____				
Semente			____/____				
Ouriço			____/____				
Breu			____/____				
Borracha			____/____				
Açaí			____/____				
Folhas			____/____				
Ervas medicinais			____/____				
			____/____				
			____/____				
			____/____				
			____/____				
			____/____				
			____/____				

***Código38.8**: **1**= Atravessador no lote; **2**=Atravessador na cidade; **3**=Vizinhos; **4**=Direto ao consumidor; **5**=Outros (escreva);*

39. Sobre produtos florestais não madeireiros que parou de explorar, qual foi motivo? _____
_____

40. ECONOMIA

Quadro de produtos que eram comercializados desde que chegaram aqui?

40.1. Produtos	40.2. Período	40.3. Por que parou de ser comercializado?
1		
2		
3		
4		
5		
6		
7		
8		
9		
10		

41. Quais as fontes de renda da sua família?

( ) Bolsa Família _____/Mês ( ) Ajuda de parentes externos _____/Mês
( ) Pensão _____/Mês ( ) Professor _____/Mês
( ) Aposentadoria _____/Mês ( ) Outros: _____ _____/Mês
( ) Comércio _____/Mês ( ) Outros: _____ _____/Mês
( ) ACS _____/Mês ( ) Outros: _____ _____/Mês

42. O senhor paga diarista/empreiteiro para ajudar em suas atividades? ( ) Sim ( )Não
    42.1. Se sim, para quais atividades? _____
43. Qual o valor de diárias na sua comunidade?
    43.1. Valor Máximo R$_____ 43.2. Valor Mínimo R$_____
44. A quantidade de pessoas que trabalham é o suficiente tocar as atividades do lote produção? ( ) Sim ( )Não
45. O que você acha da situação de renda* de sua família? (*quantidade de dinheiro que sobra para a família).
    ( ) Ótima ( ) Boa ( ) Regular ( ) Ruim ( ) Péssima
46. Você acha que a situação econômica* de sua família nos últimos cinco anos... (*condições financeiras, de dinheiro)

( ) Melhorou muito ( ) Melhorou ( ) Não mudou ( ) Piorou ( ) Piorou muito

47. SISTEMAS DE PRODUÇÃO

Quadro das Atuais Atividades Agrícolas **– ÚLTIMO ANO AGRÍCOLA (JULHO/2015-JUNHO/2016).**

						SE VENDEU			
	47.1. Tipo	47.2. Unidade	47.3. Qtd. Produzida	47.4. Área utilizada (ha)	47.5. Finalidade *1 = Consumo 2 = Venda*	47.6. Para quem vendeu? **(Códigos)**	47.7. Total que vendeu no Último ano?	47.8. Preço por unidade (R$)	47.9. Valor da venda total do último ano?
Perenes	Cacau	Kg							
	Pimenta	Kg							
	Banana	Cachos							
	Cupuaçu	Kg							
	Pupunha	Caixas							
	Guaraná	Kg							
Anuais	Arroz	Sacos							
	Feijão	Sacos							
	Milho	Sacos							
	Mandioca/Farinha	Sacos							
Animais	Gado	Cabeças							
	Aves	Cabeças							
	Suínos	Cabeças							
	Ovinos/Caprinos	Cabeças							
Outros produtos	Leite	Litros							
	Queijo	Kg							
	Farinha	Kg							

	Tucupi	Litros							
	Tapioca	Kg							
	Mel de Abelha	Litros							

***Código47.6**: **1**= Atravessador no lote; **2**=Atravessador na cidade; **3**=Vizinhos; **4**=Direto ao consumidor; **5**=Outros (escreva);*

Unidades: Saco= 60 kg Obs: Se você usar uma unidade diferente, indique a conversão.

IV. ORGANIZAÇÃO SOCIAL

48. Na sua comunidade ou no assentamento há algum tipo de organização? ( ) Não sabe

48.1. Tipo de organização	48.2. Tipo de atuação	48.3. Você faz parte	48.4. Alguém da família faz parte	48.5. Participou de alguma reunião no último ano
( ) Associação		( ) S ( )Ñ	( ) S ( )Ñ	( ) S ( )Ñ
( ) Cooperativa		( ) S ( )Ñ	( ) S ( )Ñ	( ) S ( )Ñ
( ) Sindicato		( ) S ( )Ñ	( ) S ( )Ñ	( ) S ( )Ñ
( ) Colônia de pescadores		( ) S ( )Ñ	( ) S ( )Ñ	( ) S ( )Ñ
( ) _____		( ) S ( )Ñ	( ) S ( )Ñ	( ) S ( )Ñ
( ) _____		( ) S ( )Ñ	( ) S ( )Ñ	( ) S ( )Ñ

49. Na sua comunidade há acordos/regras locais para pescar, caçar ou explorar madeira?
( ) Não ( ) Sim, Pesca ( ) Sim, Caça ( ) Sim, Madeira ( ) Não sabe
    49.1. Se sim, quando foi feita? _____ ( ) Não sabe
50. Quem fez essas normas ou regras? _____ ( ) Não sabe
51. Como funcionam esses acordos/regras?
    51.1. Pesca: _____
    51.2. Caça: _____
    51.3. Madeira: _____
52. O que acontece quando esses acordos são descumpridos por alguém? _____
53. Nos últimos 12 meses houve conflito por pesca, caça ou exploração de madeira no assentamento?
( ) Não ( ) Sim, Pesca ( ) Sim, Caça ( ) Sim, Madeira ( ) Não sabe

    53.1. **Se sim:** ( ) Entre Moradores ( ) Entre moradores e pessoa de fora do assentamento
    ( ) Entre moradores e empresários ( ) Entre moradores e fazendeiros

V. POLÍTICAS PÚBLICAS

54. Já recebeu ou recebe algum tipo de assistência técnica? ( ) Sim ( )Nunca recebeu **(vá para a questão 55)**
    54.1. Se já recebeu ou recebe, de qual(is) órgão(s)?
( ) Emater ( )Indesam ( )Ambiente consultoria ( ) Outra _____ ( ) Não sabe
    54.2. Quando recebeu última visita? Ano _____
    54.3. Assistência recebida para qual atividade? _____
    54.4. Sobre as condições para receber assistência técnica para a sua produção, você acha que é...
( ) Muito simples ( ) Simples ( ) Razoável ( ) Complicadas ( ) Muito complicadas ( ) Não sabe
    54.5. Porquê? _____
55. Já recebeu algum tipo de financiamento rural? Sim ( ) ( ) Não **(vá para a questão 56)**
    55.1. Se sim, quantos financiamento já teve? _____
    55.2. O que foi financiado? _____
56. Sobre as condições para ter crédito/financiamento para a sua produção, você acha que é...
( ) Muito simples ( ) Simples ( ) Razoável ( ) Complicadas ( ) Muito complicadas ( ) Não sabe
    56.1. Porquê? _____
57. Possui energia elétrica? ( ) Sim ( ) Não
    57.1. Se sim? ( ) rede pública ( ) Particular
58. Você teve algum tipo de apoio dos governos para se instalar e permanecer na localidade? ( ) Sim ( ) Não
    58.1. Se sim, qual(is)? _____
59. O que você acha das condições de moradia da sua família?
( ) Ótimas ( ) Boas ( ) Regulares ( ) Ruins ( ) Péssimas
60. As condições de alimentação e nutrição* de sua família estão... (* quantidade e qualidade da alimentação)
( ) Ótimas ( ) Boas ( ) Regulares ( ) Ruins ( ) Péssimas
61. As condições de alimentação e nutrição de sua família nos últimos 5 anos...
( ) Melhorou muito ( ) Melhorou ( ) Não mudou ( ) Piorou ( ) Piorou muito
62. As condições de saúde de sua família estão...
( ) Ótimas ( ) Boas ( ) Regulares ( ) Ruins ( ) Péssimas
63. Na sua opinião, as condições de acesso aos mercados são...

( ) Ótimas ( ) Boas ( ) Regulares ( ) Ruins ( ) Péssimas

64. Como avalia a condição de vida de sua família após a criação do assentamento como PEAEX?

( ) Melhorou muito ( ) Melhorou ( ) Não mudou ( ) Piorou ( ) Piorou muito

64.1. Porquê? _____

65. Na sua opinião, quais são os principais problemas que dificultam a vida de quem mora e trabalha aqui? (*Listar os primeiros itens mencionados*)

1_____ 2_____ 3_____

VI. CALENDÁRIO PRODUTIVO

57. Quadro das atividades realizadas durante o ano

Atividade	Jan	Fev.	Mar	Abr	Maio	Jun.	Julho	Ago	Set	Out	Nov	Dez

Agradecer ao entrevistado pelo tempo dedicado à entrevista, e fazer observações de aspectos da paisagem que você acredita que possam contribuir para à pesquisa.

ANEXO III – ROTEIRO PARA ENTREVISTAS COM GRUPOS FOCAIS

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ALTAMIRA
FACULDADE DE ENGENHARIA FLORESTAL
Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial – NEDET

QUESTIONÁRIO GLOBAL
Nº do questionário: _____
Entrevistador: _____ DATA: ___/____/_____

I. DADOS GERAIS

1. Nome do(s) entrevistado(s): _____
2. Quantos anos mora no PEAEX ou qual a relação com o PEAEX?
3. Qual sua profissão? _____
4. Onde o senhor morava antes de morar aqui?
5. Distância da peaex até a sede do município: _____ km

II. HISTÓRIA

7. Quando se deu a abertura e ocupação da área em cada trecho? Por quem e por qual motivo isso ocorreu?
8. A comunidade possui energia elétrica? ( ) Sim ( )Não
9. A mata nativa original da região na sua opinião está:
( ) Intacta ( )Existe Boa Parte dela ( ) Existe apenas alguns quadros
10. Comentários sobre a floresta:
11. Existe ou existiu exploração madeireira na comunidade? ( ) Sim ( ) Não
11.1. Caso sim, em que ano começou a exploração? _____
11.2. Em que ano ocorreu a maior exploração no local? _____
12. Quais aspectos da exploração foram vantajosos para a comunidade e famílias da mesma?
14. Resumo do histórico de ocupação, por período e por área. Explicando o tipo de ocupação (dizer se foi colonização municipal, ocupação de terras livres ou de fazendas e glebas)

14.1. Período (Anos)	14.2. Área ocupada (ha)	14.3. Tipo de ocupação

15. Houve conflitos de terra para ocupação ou regularização nestas terras (briga entre vizinhos, disputa na polícia ou outro tipo)? Caso sim, dizer:

15.1. Ano que ocorreu o conflito	15.2. Áreas envolvidas	15.3. Tipo de conflito	15.4. Causa do conflito	15.5. Quais os resultados desses conflitos

Código. 15.2: 1 Áreas particulares; 2 Áreas coletiva
Código 15.3: 1 Resolvido; 2 parcialmente resolvido; 3 em andamento; 4 sem resolução;

17. Existiram famílias que abandonaram ou venderam suas terras? ( ) Sim ( ) Não
17.1. Caso sim, quantas? _____
18. Qual foi a época que mais ocorreu os mesmos?_____
19. Essas terras foram vendidas para:
( ) Fazendeiros ( ) Famílias já estabilizadas na localidade ( ) Pessoas novas.
Quem?_____
20. Existe acumulação de terra por algum morador? Caso sim, responder

Principais Donos	Área Total (ha)	Área total da localidade (ha)	Como adquiriu a terra

21. Poderia citar as principais organizações (governo, sociedade e ONGs) que já atuaram na área da localidade desde o início da colonização?

III. INFRA-ESTRUTURAS E PRESENÇA DO ESTADO

22. Quais as condições de acesso à localidade?
23. Existem transportes de linha que servem à localidade? ( ) Sim ( ) Não
24. Caso sim, quais os tipos?
25. Vão até aonde?
26. Quais os dias da semana que entram na localidade?
27. Qual valor pago por pessoa? e por volume?
28. Existem escolas na localidade? ( ) Sim ( ) Não
28.1. Caso exista, perguntar:

Nº	28.2.Nome da escola	28.3. Está em funcionamento	28.4. Localização	28.5.Tem turmas até que série	28.6.Transporte Para os alunos?

29. Na localidade existe posto de saúde? Sim ( ) Não ( )
30. Na localidade existe agente de saúde? Sim ( ) Não ( )
31. O que se faz quando alguma família necessita de atendimento médico?
32. A que distância o posto de saúde fica da comunidade?

IV. ORGANIZAÇÕES

Sobre o sindicato dos trabalhadores
34. Na localidade existe núcleo ou delegacia?
35. Existe alguma cooperativa/associação que atua na localidade? Sim ( ) Não ( )
36. Caso sim, dizer
36.1. Nome da cooperativa/associação:_____
36.2. Os moradores em sua maioria participam das reuniões: Sim ( ) Não ( )
36.3.Existe alguma associação na localidade? Sim ( ) Não ( )
36.4. Se sim, Nome da associação:_____

36.5. Os moradores em sua maioria participam das reuniões: Sim ( ) Não ( )
37. Como essas organizações estão contribuindo nas comunidades?

V. USO DO SOLO

38. Quando é feita a derrubada para implantação da roça?
39. Nas áreas coletivas como a mata é explorada?
40. Quem decide, e como é tomada essa decisão?

VI. SOBRE O PEAEX

41. Porque foi criado?
42. Quem criou o PEAEX?
43. Quem participou dessa criação?
44. O que você entende por PEAEX?
45. Com a criação do peaex, passaram a existir novos acordos (regras) de convivência e USO?
( )Sim ( ) não

45.1. Quais acordos?	45.2. Para quê?	45.3. Quem criou?

46. Depois da criação do peaex mudou alguma coisa? ( ) Sim ( ) Não
47. Se sim, O que mudou?
48. Em que a criação do PEAEX influenciou nas roças?
49. Existe plano de manejo florestal da madeira para sua comunidade? ( ) Sim ( ) Não
49.1. Quem faz? Qual a sua opinião a cerca dessa atividade?
50. Na sua opinião quais seriam os problemas/ desafios do peaex hoje?

VII. TENDÊNCIAS ATUAIS PARA O FUTURO

51. Quanto à chegada de novas famílias na localidade a tendência é:
( ) aumentar ( ) diminuir ( ) estagnar
52. Quanto à saída das famílias a tendência é:
( ) aumentar ( ) diminuir ( ) estagnar
53. A tendência do desmatamento é:
( ) aumentar ( ) diminuir ( ) estagnar
54. No futuro qual a tendência para a situação fundiária?
( ) Acumulação de terras por poucas famílias ou fazendeiros
( ) Diminuir o tamanho da terra para cada família
( ) Continuar como está
55. Em relação a risco de fogo acidental nas roças, a tendência é:
( ) aumentar ( ) diminuir ( ) estagnar